

Representação da arte e arte da representação: reflexos de dois poetas diplomatas na historiografia literária do Brasil¹

Vassili Rivron*

*Entre o Brasil e o Portugal, nem sequer pode haver
indiferença ou alheamento, sem cometermos um crime
contra o nosso próprio sangue!*

(OSÓRIO. Ana de Castro. *A Grande Aliança*. Rubrica a José Osório de Oliveira, História breve da Literatura Brasileira, 1939)

Resumo: Constatando a recorrência do perfil do poeta diplomata nos autores de crítica literária, baseamo-nos na análise comparada das trajetórias e das histórias da literatura brasileira de Ronald de Carvalho e José Osório de Oliveira – dois mediadores importantes do modernismo brasileiro que eram, respectivamente, um diplomata brasileiro e um funcionário da Agência Colonial Portuguesa – para entender a função da circulação internacional na consagração literária, o papel da crítica e da historiografia literária na evolução não apenas das representações do coletivo, mas também da relação com os outros países (especialmente com a antiga metrópole) e o papel propriamente diplomático – implicações políticas ou mandatos oficiais – dessas atividades literárias.

Palavras-chave: História da literatura, modernismo, diplomacia, Brasil, Portugal.

Abstract: Observing the recurrence of the poet-diplomat profile in critics of literature, we take the comparative analysis of the social trajectories and literary histories of Ronald de Carvalho and José Osório de Oliveira – two major mediators of Brazil's modernism that were, respectively, a Brazilian diplomat and a member of the Portuguese Colonial Agency – to understand the effects of international circulation in the process of literary consecration; the role of the critics and literature historiography in the evolution of the representations

* Doutor em Sociologia; CRBC-EHESS, encarregado de cursos no Ciclo Iberoamericano do Instituto de Estudos Políticos (Paris/Poitiers). vassilir@free.fr
Tradução: Elizabeth Linhares

1. Este texto foi produzido a partir de uma comunicação apresentada no colóquio "Circulation internationale et renouveau de l'espace culturel" (MSH-EHESS, Paris, 15 a 17 de novembro de 2005). Ele explora um material levantado no acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, em arquivos administrativos (Torre do Tombo), assim como nos arquivos da Real Academia de Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa, no âmbito de uma pesquisa desenvolvida em Lisboa, em 1999 e 2000, graças à "Comissão dos 500 anos" e – até a elaboração daquela comunicação – parcialmente explorado em uma tese de doutorado defendida na EHESS.

of the nation and its relation with other countries (particularly with the former metropolis) and the actual diplomatic role (political implications or official mandates) of these literary activities.

Key words: History of literature; modernism; diplomacy; Brazil; Portugal

O presente trabalho tem em vista o que entra em jogo na circulação internacional de pessoas e livros, considerando a sua relação com os modos de representar o coletivo nacional. Referimo-nos aqui à representação, não somente no sentido imaginário ou cognitivo das categorias e esquemas de percepção do grupo veiculados pela literatura, mas, igualmente, no sentido da encarnação, da incorporação em si mesmo do coletivo; uma dimensão que se torna particularmente sensível quando observamos as trajetórias dos “poetas diplomatas”, às quais nos dedicaremos aqui.

Para entender esta problemática, vale ressaltar desde já o fato de que a construção do corpo diplomático brasileiro outorgou, a partir da gestão do barão de Rio Branco (1901-1912), um papel estratégico crescente à presença de intelectuais na representação diplomática do Brasil. Esta não era só devida à competência propriamente política ligada às suas posições sociais, mas também, segundo André Botelho (2005, p.96-98), à sua capacidade de serem vetores tanto da atualização no Brasil das tendências ou modismos culturais no exterior, quanto da divulgação de idéias e de representações do Brasil no exterior. A tal ponto que, conforme notou Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso*, os intelectuais que cercaram Rio Branco eram

homens não só inteligentes, cultos e polidos, como altos, belos e eugênicos : homens que, completados por esposas formosas, elegantes e bem vestidas, dessem ao estrangeiro a idéia de ser o Brasil – pelo menos sua elite – país de gente sã e bem conformada (FREYRE, 1962, *apud* BOTELHO, 2005, p.97).

Essas figuras e posturas de poetas diplomatas são recorrentes em diferentes patrimônios literários nacionais. No Brasil, são conhecidos os casos dos três românticos fundadores da revista *Niterói* (Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Torres Homem), assim como os de Álvaro Lins, João Cabral de Melo Neto e Vinícius de Moraes (aquele que se dizia “capitão-do-mato, poeta, diplomata, o branco mais preto do Brasil”). Mas trata-se de um perfil de fato recorrente, do qual Paul Claudel, Saint-John Perse, Pablo Neruda ou Agostino Neto nos fornecem exemplos igualmente ilustres. Trataremos aqui especificamente de dois autores, Ronald de Carvalho e José Osório de Oliveira, que eram, respectivamente, um diplomata brasileiro e um funcionário da Agência Colonial Portuguesa (com mandatos ocasionais pelo Ministério Português das Relações Exteriores). A

escolha desses dois poetas diplomatas² – que são, além disso, autores de histórias da literatura brasileira (publicadas respectivamente em 1919 e 1939) – está ligada ao fato de que o que nos interessa aqui apreender é a relação entre: de uma parte, a função da circulação internacional na consagração literária; de outra parte, o papel da crítica e da historiografia literária na evolução das representações do coletivo e da relação com os outros países (e especialmente com a antiga metrópole); e, finalmente, o papel propriamente diplomático (implicações políticas ou mandatos oficiais) dessas atividades literárias.

A construção transnacional do gênero “História da Literatura Brasileira”

Instrumentos de codificação do patrimônio cultural nacional presentes em numerosos países segundo um modelo análogo, as obras do tipo “História da Literatura Brasileira” constituem verdadeiros operadores lógicos de classificação das obras literárias. Elas operam uma classificação narrativa daquilo que encarna “a alma da raça”³ brasileira e a fina flor da sua cultura, desde as suas “origens”. A literatura se encontra assim organizada por gêneros, em estilos-épocas, a partir dos quais os autores e as obras são hierarquizados segundo critérios de representatividade. A historiografia literária é um vetor de representações singular, pois ela explicita a articulação dos principais atributos e dinâmicas fundamentais do coletivo que a sustentam (língua, raça, espírito), com os critérios de classificação/hierarquização de um conjunto de obras já consagradas, em geral, por uma história crítica e editorial (cf. WEBER, 1997). A história literária é, enfim, um dos lugares onde se manifestam e se enfrentam, sucessivamente, diferentes tendências políticas e correntes científicas. É um esquema bastante poderoso de codificação dos atributos do coletivo, podendo-se comparar, por exemplo, o sucesso das operações efetuadas por aquele que é considerado como fundador deste gênero no Brasil, Sílvio Romero, ao alcance daquelas que Michelet havia operado ao escrever a sua *História da França* (1876).

2. Nós adotamos aqui uma concepção ampliada da expressão “poeta diplomata”. Com efeito, José Osório de Oliveira teve uma atividade diplomática quase que exclusivamente informal e sua produção propriamente literária é totalmente em prosa (crítica, crônicas, memórias, ensaios). No entanto, a trajetória desses dois autores é claramente marcada pela correlação entre mandatos oficiais no estrangeiro e produção literária, seja esta memorial, crítica ou ensaística, ou ainda poética, no caso de Ronald de Carvalho.

3. Um dos manuais literários nacionais produzidos e validados pelas autoridades eclesiásticas tinha como títulos “Literatura brasileira” ou “Archivos da alma e da raça” (anônimo, Francisco Alves, “coleção de livros clássicos F.T.D”, Rio, São Paulo e Belo Horizonte, aprox. 1930) e afirmava, em sua capa, “A literatura nacional não é senão a alma da pátria”.

Efetuada um levantamento relativamente exaustivo dessa produção entre 1805 (F. Boutewerk) e 1972 (A. Bosi)⁴, assim como um estudo prosopográfico de seus autores⁵, demo-nos conta rapidamente do peso simbólico desse *corpus*. O perfil social dos autores de histórias da literatura brasileira é bastante variado. Encontramos certamente, entre eles, autores e críticos literários de primeira linha (consagrados inclusive pela posteridade), como Gonçalves de Magalhães, Sílvio Romero, José Veríssimo, Alceu Amoroso Lima, Otto Maria Carpeaux, Álvaro Lins, Antonio Cândido, Afrânio Coutinho, etc.; assim como cientistas e universitários, importantes do ponto de vista da produção acadêmica (Romero e Cândido são clássicos em sociologia). Há ainda figuras centrais da história da educação, entre as quais professores de estabelecimentos de elite, como o Colégio Pedro II ou a USP; alguns grandes reformadores (João Ribeiro) e gestores do espaço educacional e científico (Veríssimo, Alceu Amoroso Lima, Afrânio Coutinho). Identificamos, finalmente, políticos ou ideólogos que foram, em suas respectivas épocas, muito influentes: republicanos (Romero), católicos (Afrânio Peixoto e, sobretudo, Alceu Amoroso) e marxistas (Nelson Werneck Sodré, que era militar)⁶.

Para além de um quadro sobre a evolução das práticas letradas, das redes e dos estatutos sociais, este estudo editorial e prosopográfico permitiu-nos retrair toda uma gama de estratégias a respeito do registro histórico da cultura brasileira, que reflete a evolução do que está em jogo e do sentido mesmo do que é a “literatura” e a “cultura brasileira”. O componente internacional aparece em diferentes níveis desse material: no nível do meio cultural no qual se desenvolveu cada um dos autores, desde seus primeiros anos (ascendência, preceptores estrangeiros, viagens precoces e rituais na Europa); no nível da sua formação (no estrangeiro); no nível das suas leituras (gostos e posições no meio intelectual); no nível do seu engajamento com relação à cena intelectual (luso-, franco-, germano-, americanofilia) ; no nível das suas publicações (traduções ou encomendas para o exterior) e das suas trajetórias profissionais (missões, cargos, conferências).

No que se refere à evolução das representações e dos esquemas de classificação, esse *corpus* nos revela sucessivamente o processo de introdução do romantismo (F. Denis, G. Magalhães) e os testes de aplicabilidade das novas teorias políticas, cien-

4. Exame dos fichários bibliográficos das Bibliotecas Nacionais do Rio de Janeiro e de Lisboa, assim como dos acervos das bibliotecas das principais universidades do Rio, São Paulo, Recife, Brasília, Lisboa e Paris.

5. Informações obtidas principalmente a partir de biografias, memórias e fontes de imprensa, entre as quais as encontradas na Biblioteca Nacional do Rio e de Lisboa e no Instituto de Estudos Brasileiros da USP e, sobretudo, os excelentes recortes de imprensa triados pelo Museu-Arquivo Ruy Barbosa do Rio de Janeiro.

6. Note-se de passagem que, mesmo depois da inflação do contingente feminino nos departamentos de letras e humanidades no Brasil, como no mundo, a presença de mulheres neste *corpus* de autores ainda é quase excepcional, contando só três ocorrências.

tíficas e literárias à “cultura brasileira” (raciologia, positivismo, evolucionismo social, estruturalismo, novo criticismo). Ou seja, esse *corpus* nos oferece numerosos elementos sobre a apropriação, no Brasil, de um modelo construído internacionalmente da história literária nacional (cf. THIESSE, 1999; WERNER, 1994) e ainda sobre os reposicionamentos do Brasil no “concerto das nações” (sua contribuição ao universal).

Enfim, essa circulação internacional de livros e homens desvela as estratégias profissionais relacionadas a essa mobilidade (acesso a redes específicas, não somente internacionais, mas também nacionais), assim como os efeitos de autoridade e de consagração que lhes são relativos.

É preciso, no entanto, distinguir nossa *démarche* do estudo do quadro social geral da recepção das correntes estrangeiras, como faz Roger Bastide, por exemplo, através do conceito de “aculturação literária”⁷, pois nosso interesse está voltado, aqui, especificamente para o quadro social e político da mediação cultural, isto é, para as redes nas quais circulam e se manifestam as correntes literárias nacionais.

É preciso ainda distinguir os diferentes níveis de análise, possíveis e complementares, que podem ser desenvolvidos nessa investigação. Essas redes permitem retrair, em primeiro lugar, o processo transnacional de construção do modelo identitário nacional (a “check-list identitária”, cf. LÖFGREN, 1989). Com efeito, podemos identificar, através delas, as trajetórias sociais do pensamento de Herder e dos estudos de folclore, ou ainda a circulação do romantismo entre Ferdinand Denis, Gonçalves de Magalhães e Almeida Garrett, para tomar apenas estes exemplos. Podemos em seguida observar o estado da concorrência internacional e a substituição das referências culturais dominantes no Brasil (Portugal, Alemanha, França, Estados Unidos), assim como os processos de apropriação nacional das referências internacionais: as oposições teóricas entre Silvío Romero e José Veríssimo ou entre Antônio Cândido e Afrânio Coutinho instrumentalizariam as referências alemã e francesa, depois francesa e norte-americana, em questões propriamente nacionais⁸. Enfim, é preciso examinar os efeitos recíprocos (o que poderíamos chamar os círculos virtuosos do internacional) da circulação e da publicação internacional sobre a consagração nacional e vice-versa.

A história editorial do gênero “história da literatura brasileira” e, em particular, seu componente internacional confirmam os diferentes momentos da concorrência internacional, a diferenciação dos campos literários nacionais e a reconfiguração

7. O sucesso do romance como conquista de uma urbanidade pelas mulheres e crianças, o formalismo parnasiano dos mestiços como modo de se libertar dos estereótipos da cultura primitiva e espontânea dos negros (cf. BASTIDE, 2001, p.220 e seguintes).

8. A respeito da polémica fundadora da historiografia literária no Brasil, que opôs Silvío Romero e José Veríssimo instrumentalizando os referenciais alemães e franceses (ver RIVRON, 2004).

do espaço de produção erudita (relação dos escritores com a política, o Estado e o mercado) que a história intelectual do Brasil estudou. De 1805 a 1851, recenseamos oito publicações, todas no estrangeiro; de 1852 a 1947, contamos 20 publicações, entre as quais sete reedições, oito primeiras edições no estrangeiro e somente cinco primeiras edições no Brasil. Entre os 52 autores de histórias da literatura brasileira sobre os quais pudemos coletar informações biográficas, 28 haviam tido uma circulação internacional. A identificação das suas trajetórias internacionais permite restituir uma boa parte dos circuitos internacionais da elite brasileira cosmopolita. Elas se manifestam em função de modalidades sucessivas, simultâneas ou exclusivas, segundo o caso: infância (cosmopolitismo ou migração dos pais), formação superior, viagens de lazer, exílio político, missões artísticas, científicas ou universitárias, prospecção comercial ou promoção sobre o mercado internacional, missão diplomática, etc.

O número de autores brasileiros ou estrangeiros de histórias da literatura brasileira cujo destino profissional e literário esteve especificamente ligado à representação diplomática – e não ao ensino secundário e depois superior, como a maioria deles – é bastante importante. Encontramos, no mínimo, dez desses escritores que fizeram carreira ou estiveram oficialmente encarregados de missões diplomáticas em um momento ou outro de sua carreira⁹. Essa recorrência de percursos internacionais e, particularmente, de cargos diplomáticos entre os autores de histórias da literatura é bastante regular no período considerado (1805-1970) e é testemunha das redes de práticas e do tipo de registro nos quais se insere a historiografia literária: trata-se de uma produção intelectual na qual o que está em jogo é, notadamente, mostrar ao mundo que a cultura brasileira existe e deve ser reconhecida enquanto tal.

A circulação internacional e a tradução (cf. SORÁ, 2003), ao lado de outros parâmetros próprios ao campo literário e acadêmico, são índices e fatores da consagração literária. No entanto, podemos constatar que a correlação específica entre “historiografia literária” e “missões diplomáticas” evolui no tempo e, embora esteja ainda presente no final do período (anos 1950-60), torna-se cada vez menos associada a um prestígio significativo na cena literária nacional ou internacional.

9. Almeida Garrett (Ministro português das Relações Exteriores e Cônsul na Bélgica); Gonçalves de Magalhães (Cônsul na Itália, especialmente); Adolfo de Varnhagen, (do serviço diplomático das forças armadas); Ronald de Carvalho (carreira diplomática e Ministro Interino das Relações Exteriores após a Revolução de 1930); José Osório de Oliveira (missões no Brasil e funcionário do Ministério das Colônias destacado junto ao Ministério das Relações Exteriores português); Samuel Putnam (missões junto ao Departamento de Estado Norte-Americano); Alvaro Lins (Embaixador brasileiro em Lisboa); Alceu Amoroso Lima (formação e missões diplomáticas); Antonio Olinto (Adido Cultural em Lagos e missões em diferentes países da África e nos Estados Unidos).

Isto ocorre certamente devido à autonomização do campo universitário (anos 1930: diferenciação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, em relação ao curso de Direito), subsequente à aparição dos Departamentos de Letras (anos 1940), que determinam novas modalidades de ofício literário e estabelecem critérios de consagração nacional e formas de circulação internacional específicas (como professor convidado, por exemplo).

A história editorial desse tipo de produção permite igualmente constatar certas evoluções que encontramos, por exemplo, nas estatísticas históricas sobre a origem da importação de livros no Brasil¹⁰. Se considerarmos os editores e os lugares de edição das histórias da literatura brasileira, percebemos claramente, no início do período, o viveiro romântico e editorial de Paris (SISMONDI, publicado em 1813; F. DENIS, em 1826; GARRETT, em 1826; GONÇALVES DE MAGALHÃES, em 1836) e a concorrência, nesse terreno, com a Alemanha (BOUTEWERK, 1805; FERDINAND WOLF, 1863). E vemos Portugal manter fracamente uma função formadora e integradora da elite brasileira, notadamente pela publicação (VARNHAGEN, 1850; OSÓRIO DE OLIVEIRA, 1939).

Esse *corpus* testemunha também, de modo transversal, a diferenciação entre o campo intelectual e o mercado editorial brasileiro. Nos anos 1930, a história da literatura brasileira foi publicada principalmente no Brasil, por autores brasileiros; e se tornou um instrumento de estruturação do mercado editorial (critérios de seleção do que deve ser reeditado). Enfim, enquanto ensaio e “retrato” da cultura brasileira, ela se beneficiou da criação dos segmentos editoriais que “inventaram” os clássicos nacionais – o Instituto Nacional do Livro (1937), os *Estudos Brasileiros* e as *Brasílianas* –, atingindo assim uma posição privilegiada na hierarquia dos gêneros, ao lado dos modernistas e regionalistas que se impuseram naquele momento (por exemplo, as histórias literárias de Romero, Veríssimo e Werneck Sodré foram reeditadas pela coleção *Documentos Brasileiros* da José Olympio). Com o desenvolvimento demográfico da alfabetização (manuais, antologias) e, sobretudo, dos cursos universitários de Letras, a história da literatura brasileira se achou progressivamente relegada a uma posição simbolicamente menos rentável (rarefação das possibilidades de valorização fora do campo acadêmico), mas mais rentável do ponto de vista comercial, na medida em que se passou a se inserir em um nicho editorial educativo e universitário, com seus novos agentes (casas editoriais) e suas coleções especializadas em livros didáticos.

Mas, para voltarmos à dimensão internacional dessas considerações editoriais, constatamos de modo igualmente claro um voluntarismo político nas trocas culturais com os Estados Unidos, após 1941-42 e até o fim dos anos 1950. E assisti-

10. A partir de 1940, a importação de livros norte-americanos ultrapassa definitivamente a de obras francesas e portuguesas (cf. HALLEWELL, 1985).

mos, pela primeira vez, à encomenda de obras pelo Itamaraty, para os Estados Unidos, como a de Alceu Amoroso Lima – que escreveu a sua história literária sob encomenda nos anos 1940, embora só tivesse sido publicada em 1956, dentro de um outro quadro; Érico Veríssimo e Manuel Bandeira publicaram histórias literárias escritas especificamente para os Estados Unidos (MacMillan, 1945 e Pan American Union, 1958, respectivamente) e passaram a ser encontradas as primeiras publicações de autores americanos, como Joseph Lincoln New Hall (Am. Aitbar, 1947) ou Samuel Putnam (A.Knopf, 1948). Esses dados são ainda confirmados pela crescente recorrência de conferências e postos de professor convidado nos Estados Unidos, assim como pelas referências teóricas mencionadas nas obras¹¹.

Ronald de Carvalho e José Osório de Oliveira: a entronização intelectual pelo internacional

Ao final desse quadro geral sobre o componente internacional das trajetórias dos historiadores da literatura brasileira, compreendemos que a abordagem da questão da circulação internacional e da evolução da percepção do coletivo nacional, pelo viés dos “poetas diplomatas”, é um modo bem específico de entrar no estudo das relações literárias internacionais. De fato, a diplomacia é um dos circuitos internacionais mais regulares, embora seja particularmente sensível às flutuações políticas. É um espaço específico de interpenetração e de construção inter-relacional das culturas nacionais. E a historiografia cultural, aparentemente, tem sido um dos seus vetores, ao lado, certamente, de outros produtos literários (romance, poesia, música, antologia, revistas, histórias da literatura de língua portuguesa, etc.).

Para além do prestígio inerente à carreira diplomática – que constitui uma verdadeira *“noblesse d’Etat”* (BOURDIEU, 1989) –, essa atividade implica certa dose de romantismo. E a mobilidade internacional, como profissão e modo de vida, parece evocar uma forma de liberdade e um privilégio: a possibilidade de freqüentar regularmente a elite mundial. Buscaremos compreender, aqui, quais são os trunfos, as questões em jogo e as condições específicas que esta posição implicava em termos de produção intelectual. Para isto, concentrar-nos-emos sobre dois poetas diplomatas hoje relativamente esquecidos ou desprestigiados, se considerarmos a posição que eles ocuparam entre os anos 1920 e 1940 nos espaços literários brasileiro e português. Considerado como simbolista, Ronald de Carvalho foi um dos líderes do modernismo carioca, tendo acolhido semanal-

11. Para maiores dados e uma análise mais abrangente da história literária no Brasil – e em particular para quadros sinópticos sobre o perfil de autores e análise de trajetórias e obras, ver Rivron (2005).

mente, em seu salão na rua Humaitá, personalidades e acontecimentos importantes para o movimento: a introdução de Marinetti no Brasil, as primeiras declamações do *Berimbau* de Manuel Bandeira e da *Paulicéia Desvairada* de Mário de Andrade, os preparativos da Semana de Arte Moderna de 1922, entre outros. Quanto a José Osório de Oliveira, foi um dos mediadores desse modernismo brasileiro em Portugal e, sobretudo, um dos primeiros promotores da literatura africana de língua portuguesa (antologias e crítica).

O brasileiro Ronald de Carvalho teve uma trajetória inicialmente muito próxima de um outro importante crítico da literatura, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde). Como ele, era católico e descendente da aristocracia imperial brasileira (altas patentes do Exército, no caso de Ronald de Carvalho). Eles se conheceram e mantiveram com o Velho Continente relações características dessa aristocracia: a viagem à Europa como recompensa paternal pela obtenção de diplomas e rito de passagem da elite. Em 1913-14 eles se encontraram, assim, em Paris, onde cursaram, na Sorbonne e no Collège de France, cursos de literatura, filosofia e sociologia (foram alunos de Emile Boutroux e Henri Bergson), freqüentando, igualmente, além de outros colegas de faculdade, a casa dos jovens brasileiros expatriados Álvaro Moreira e Rodrigo Otávio Laandgard Meneses Filho. Como Alceu Amoroso Lima, o retorno de Ronald de Carvalho ao Brasil se fez no âmbito da formação para a diplomacia (estágio na mesma repartição do Itamaraty, onde dispunham de tempo para debates filosóficos e literários); e eles se encontrariam também no entusiasmo e na proximidade do intelectual católico (que estará também na fonte do integralismo) Jackson de Figueiredo, de quem Alceu Amoroso Lima viria a ser de algum modo o sucessor.

O português José Osório de Oliveira era oriundo de um meio literário por tradição familiar. Seu pai, sua mãe, seu irmão e sua avó materna eram escritores renomados em Portugal, sendo esta família em parte responsável pela posteridade de Almeida Garrett. Sua mãe, Ana de Castro Osório, teria sido também cantora, mas ela foi, sobretudo, uma autora importante de livros clássicos para crianças (publicados também no Brasil). Foi ela, igualmente, quem fez as primeiras traduções portuguesas dos irmãos Grimm e de Andersen. Ativista republicana durante a monarquia, ela foi também uma das precursoras do feminismo em Portugal. Nascido em Setúbal em 1900, José Osório de Oliveira viajou cedo para São Paulo, onde seu pai, Paulino de Oliveira, foi Cônsul de Portugal, de 1911 a 1914. Embora saibamos muito pouco sobre a sua infância, e mesmo sobre a sua formação¹², sabemos no entanto que ele reivindicou a forte relação afetiva que o ligava ao

12. Embora ele se encontre brevemente recenseado na maior parte dos dicionários biográficos, nós tivemos, sobretudo, acesso a informações relativas, em primeiro lugar, à sua produção intelectual (na imprensa, os atos das Academias portuguesa e brasileira) e, em segundo, às suas estratégias profissionais e políticas (nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa).

Brasil, que vinha dessa época e que constituiria um dos seus temas de predileção, tanto no plano literário, como no político. De volta a Portugal, ele colabora em *A Capital* desde os seus 17 anos.

Nos dois casos, a predestinação social ao cosmopolitismo literário lhes permitiu capitalizar a sua expatriação precoce. Para além dos filhos da elite brasileira que ele freqüentava em Paris, Ronald de Carvalho encontrou ali o acadêmico e mentor do futurismo brasileiro, Graça Aranha, então à frente da Embaixada do Brasil. Além disso, publicou ali uma primeira coletânea de poemas, *Luz Gloriosa* (Grès & Cie, 1913). Tendo conhecido Raul Leal, Mário de Sá Carneiro e José de Almada Negreiros em Paris, ele aproveitou o seu retorno forçado ao Brasil em razão da guerra de 1914, para transitar por Lisboa. Foi assim que ele participou em 1914 do grupo Orpheu e veio a ser um dos fundadores da revista de mesmo nome, surgida em 1915, publicando notadamente ao lado de Fernando Pessoa, com quem manteve uma correspondência literária intensa, assim como com outros modernistas portugueses, como Mário de Sá Carneiro e Luis de Montalvor. Ele colaborou ainda na revista do grupo *Atlântida*, que promoveu notadamente, em 1917, a idéia de uma aproximação política entre os dois países (a Confederação Luso-Brasileira¹³).

Chegando no Brasil, ele se engajou na diplomacia, onde fez uma carreira fulgurante, viajando desde 1914 por toda a América e tornando-se, a partir de 1920, chefe de gabinete do subsecretário de Relações Exteriores brasileiro (Laandgard Meneses, que vinha a ser pai de um dos seus colegas de Paris). Em 1924, ele se tornou diretor da Seção de Relações Políticas e Diplomáticas com a Europa, do Itamaraty; em seguida passou ao gabinete do próprio ministro (Otávio Mangabeira, 1926). Após a revolução de 1930, foi nomeado ministro interino das Relações Exteriores. Desde então ele ocuparia postos políticos qualificados no estrangeiro (França, Holanda) e no Brasil, onde viria a ser chefe da Casa Civil, a partir de 1934. Ronald de Carvalho pôs então todos os seus talentos literários e diplomáticos a serviço da redação dos discursos presidenciais de Vargas. Em 1935 ele faleceu, em um acidente de carro. No dia seguinte ao seu enterro, todos os seus arquivos pessoais do Itamaraty desapareceram, o que traduz – para além das dificuldades assim colocadas para uma reconstituição fina de sua trajetória – o caráter altamente sensível dos dossiês dos quais ele havia tratado, assim como o caráter propriamente político de sua carreira, um aspecto pouco destacado nos estudos feitos sobre este autor. É como se a contigüidade da política com a literatura na época –

13. Lançada e defendida por Bittencourt Rodrigues (notadamente criador de uma cadeira de Estudos Brasileiros na Sorbonne), esta é uma idéia tomada de Silvio Romero, que havia apresentado como vital para a nação o projeto de preservar a predominância luso-brasileira de sua população (e não italo ou teuto-brasileira, segundo seus próprios termos), no contexto de uma imigração europeia massiva no Brasil (1870-1930).

no plano social, intelectual como propriamente editorial (SORÁ, 2002) – não nos fosse possível apreender retrospectivamente desde o estado atual de diferenciação dos espaços literários e políticos.

O percurso internacional de José Osório de Oliveira é menos diversificado que o de Ronald de Carvalho, visto que ele se restringe praticamente ao espaço lusófono (exceto por uma permanência na França e um posto na Espanha). Após uma estadia em Moçambique em 1919 (como 2º contador do fisco), José Osório foi preso em Lisboa no quadro de uma tentativa revolucionária (provavelmente anarcosindicalista), promovida por seu irmão João de Castro Osório, que era igualmente escritor. Uma vez liberado, foi no Rio que ele se exilou e viveu de um emprego como gerente de uma livraria, familiarizando-se assim com a literatura brasileira, nos anos quentes do modernismo ; e foi nessa ocasião que ele se tornou íntimo de Mário de Andrade e Guilherme de Almeida. Em 1926, ele publicou sua primeira obra: *A Literatura Brasileira*. A partir de 1926, ano da implantação do Estado Novo português, e até 1928, ele se tornou chefe de gabinete do governador da Colônia, em Cabo Verde. De volta a Lisboa, ele passou a se dedicar aos problemas de Cabo Verde e sua “gente crioula”, no âmbito da Agência Colonial. Entre 1933 e 1935, ele foi enviado especial do *Diário de Notícias*, trabalhando no Rio, em São Paulo e na África ocidental portuguesa. Em seguida, em 1938, ele foi nomeado chefe de propaganda da Agência Geral das Colônias. Em 1945, foi convidado a fazer conferências sobre a história da literatura portuguesa na USP (FFCL, em São Paulo), no Rio, em Porto Alegre e Belo Horizonte. Mas essa turnê foi, na prática, como muitas outras missões desse tipo, garantida pelo governo, a quem ele apresentava relatórios detalhados.

Nos dois casos, assistimos a uma capitalização do exílio ou da expatriação enquanto passaporte para o campo literário, administrativo e político nacional. A circulação internacional conferiu assim a esses dois autores não somente um capital simbólico, mas também um capital social muito específico, que lhes abriu as portas de determinados espaços sociais – revistas para seus artigos, universidades e academias para suas conferências, salões para suas declamações e suas confidências – aos quais eles talvez não tivessem tido acesso, em seu país de origem ou no exterior, sem essa modalidade específica de circulação internacional. Nos dois casos, a atividade literária constituiu um trunfo não negligenciável em sua trajetória política e administrativa, e vice-versa.

Além da figura comum do funcionário-escritor (ou escritor-funcionário) – que, segundo Carlos Drummond de Andrade (*apud* MICELI, 1979, p.130), fazia da Ordem Burocrática uma forma de mecenato literário —, o poeta diplomata achava outras convergências entre suas atividades intelectuais e administrativas. Havia, de um lado, a possibilidade de publicar (palestras, artigos, livros) e de ser levado em conta pela crítica internacional. Por outro lado, a contigüidade entre o

político e o literário que era característica da época e do modo de vida do bacharel acarretava, porém, neste tipo de circulação internacional, um significado específico, pois a participação em eventos políticos e mundanos, a freqüentação de salões, livrarias e academias no exterior integravam a mística da ação das vanguardas literárias (ver manifestos dos anos 1920 e 1930, cf. RIVRON, 1996) à missão que era dada aos poetas diplomatas: captar e introduzir inovações intelectuais, difundir internacionalmente a produção cultural brasileira e representar o Brasil no concerto das nações.

A especificidade desta atividade é evidenciada nos exemplos analisados por André Botelho (2005, p. 99-105): Ronald de Carvalho participou assim de eventos diplomáticos com crítica literária. Foi o caso do banquete de recepção do Embaixador norte-americano Edwin Morgan no Rio, onde ele foi convidado como membro do Itamaraty, mas se exprimiu como crítico, com a conferência “A poesia na América”, que depois seria transcrita e publicada pela *Ilustração Brasileira* de dezembro de 1928. Durante a sua missão na Embaixada do Brasil na França (primeiro secretário, entre 1930 e 1934), a sua estratégia de presença nos meios intelectuais parisienses seria o objeto de relatórios internos detalhados (p. 100-101). Com a revolução de 1930, ficou explícita a sua missão de promoção da imagem do Brasil no exterior. Além da propaganda necessária ao reconhecimento do novo regime (Ronald de Carvalho foi ministro por interin nos primeiros meses depois da revolução), ele defendeu uma missão propriamente cultural do Itamaraty, tomando o exemplo argentino para argumentar a idéia que o Estado brasileiro deveria financiar e organizar a estadia no País de intelectuais europeus de renome (Carvalho defendeu assim, em carta a Vargas, o projeto de convidar Luc Durtain), pois, voltando aos seus países de origem, estes só poderiam, na sua condição de convidados oficiais, louvar o país hóspede (p. 104-105), o que faria maior bem a um país que ainda era totalmente ignorado no exterior.

Mediações modernistas da literatura brasileira

As histórias da literatura de Ronald de Carvalho e José Osório de Oliveira, publicadas com 20 anos de intervalo (1919 e 1939, respectivamente) assemelham-se, se considerarmos a progressão deste gênero a longo prazo. Ambas são sucintas, como indicam os seus respectivos títulos (*Pequena História da Literatura Brasileira* e *História Breve da Literatura Brasileira*), se comparadas aos “monumentos” dos pais fundadores do gênero no Brasil, Romero e Veríssimo. Além disso, no lugar de representarem uma espécie de coroamento de uma carreira literária, como foram para estes últimos, no seu caso os “panoramas” da literatura brasileira foram praticamente sua primeira publicação sob a forma de livro. Ronald de Carvalho tinha 26 anos quando publicou sua história literária no Brasil (Briguiet & Cia.),

ao mesmo tempo que uma coletânea *Poemas e Sonetos*, e estas duas obras receberam o Prêmio da Academia Brasileira de Letras (1919).

A primeira publicação de José Osório de Oliveira foi também aos 26 anos, com *A Literatura Brasileira* (1926). Mas sua *história literária* surgiu 13 anos mais tarde, em 1939 (Lisboa). A significação e as condições de escrita e de publicação desse tipo de obra haviam, portanto, claramente mudado, em relação aos seus predecessores. Para além do fato de uma grande parte do trabalho já ter sido feita (exegese, antologia, compilação bio-bibliográfica, discussão da periodização), podemos nos perguntar se, no plano cognitivo e estratégico, o recuo (vivido) e o capital simbólico adquirido pela circulação internacional não contribuíram na legitimação dessa produção, que foi acolhida com tanto entusiasmo por seus contemporâneos, pois a formação humanista e a freqüentação das vanguardas, associadas ao talento assimilador destes autores e à sua vocação para a divulgação (tornar o Brasil valorizado e conhecido), foram realmente exaltadas como a capacidade de pensar o Brasil no concerto das nações e na história universal das civilizações. Esta seria também uma das chaves para entender a recepção muito favorável no Brasil da crítica literária feita por europeus expatriados, como Roger Bastide ou Otto Maria Carpeaux.

Para além das convergências, é importante especificarmos o diferencial efetivamente existente entre estas duas obras. Este transparece notadamente se analisarmos, através do prisma editorial, o seu *status*, a sua circulação e o seu uso. Publicadas com 20 anos de intervalo, elas ocupam segmentos editoriais distintos. A consagração imediata da obra de Ronald de Carvalho pela ABL, o engajamento do autor no movimento modernista, o carácter mediático de sua figura, além das modificações posteriormente feitas no texto (sobretudo para sua 5ª edição, em 1935), fizeram com que esta obra passasse progressivamente do *status* de ensaio literário (de circulação restrita) ao de ensaio de *Estudos Brasileiros* (que se desenvolve com a emergência das ciências sociais e das coleções específicas) e em seguida ao de clássico escolar – pois as suas 14 edições, a sua recepção crítica e, sobretudo, a sua concisão, fizeram com que este se tornasse o livro de história literária mais lido até os anos 1950¹⁴.

Comparativamente, o sucesso das cinco edições do livro de Osório de Oliveira (das quais duas foram no Brasil) é testemunha de uma circulação menos intensa: publicado em Lisboa pela Inquérito, no final dos anos 1930 (e em São Paulo, pela mesma editora, em 1945), ele se colocou de imediato mais próximo das ciências sociais emergentes no Brasil que do ensaio de belas-letas (de literatura). Consta-

14. Para além dos índices fornecidos pela história editorial da obra, essas considerações sobre a sua recepção se apóiam no depoimento de Alfredo Bosi, por ocasião de uma série de entrevistas realizadas no Instituto de Altos Estudos (USP, São Paulo), em 4 de novembro de 1997, 25 de outubro de 1999 e 22 de novembro de 1999.

ta-se que as modificações trazidas por Ronald de Carvalho só iriam integrar tardia e artificialmente as referências do modernismo e dos novos estudos sobre o Brasil (inserção de notas em pé de página e revisões da introdução e do último capítulo para as edições de 1925 e 1935). José Osório de Oliveira fundou sua proposta diretamente sobre o legado de Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*) e as conquistas do “pensamento social” no tratamento da relação entre raça e cultura (Arthur Ramos, Nina Rodrigues, Mário de Andrade). Não tendo provocado qualquer polêmica nem grande entusiasmo, o livro do português constituiu, sobretudo, uma referência durável na bibliografia portuguesa sobre o Brasil e o espaço lusófono. Mas não parece ter produzido um impacto especial no Brasil.

Essa defasagem no tempo (antes e depois do modernismo), à qual podemos acrescentar a decalagem no espaço “mental” (nacional/estrangeiro), explica em parte a definição diferente da literatura autenticamente brasileira, adotada por estes dois autores. Para Ronald de Carvalho, muito influenciado pelo evolucionismo de Romero, é um critério “nativista” que opera as inclusões-exclusões de seu *corpus* de autores e citações antológicas, enquanto não “emerge” a consciência nacional propriamente dita (no momento e após a Independência). Ele pode assim remontar até os primeiros instantes da conquista do Brasil para encontrar obras autenticamente nacionais, notadamente os catecismos em língua tupi do Padre Anchieta, assim como os relatos de viagem, as crônicas e as correspondências, que atestam, pelo registro letrado, uma relação íntima e específica com o meio natural brasileiro. Mas seu critério literário evolui progressivamente ao longo da obra, indo do “nacional potencialmente literário” (exaltações da natureza, contos e lendas populares) à “literatura potencialmente nacional” (mimetismos formais das correntes européias mais recentes)¹⁵.

Inversamente, José Osório de Oliveira concentra-se sobre os legados literários e científicos do modernismo dos anos 1920 e 1930. Destruindo, na passagem, certos pressupostos de Ronald de Carvalho, o conceito de literatura nacional é para ele relacionado à capacidade das obras em dar conta de um “estilo de vida” (conceito emprestado de Gilberto Freyre). Ele passa em revista os “fatores” das literaturas nacionais que a tradição historiográfica nacional e internacional haviam consagrado (o meio, a raça e as influências estrangeiras), para os negar ou, pelo menos, sociologizar a sua acepção. Ele insiste assim sobre as “conseqüências imediatas” do meio físico: “o trabalho, a alimentação e as condições fisiológicas e sociais da população”. A importância desse estilo de vida na literatura seria, aliás,

15. É, porém, necessário especificar que é possível, como argumenta Botelho (2005, p. 27), que Ronald de Carvalho não tenha acreditado, no fundo, na possibilidade “espontânea” de uma cultura brasileira autenticamente nacional. Num viés bem modernista, percebe-se em seus outros escritos que ele acreditava também na necessidade de forjá-la, conferindo assim um papel crucial à elite cultural.

para ele, uma especificidade das “nações novas” que, para se diferenciar da “cultura letrada” herdada da metrópole, deveriam se concentrar sobre a “cultura no sentido antropológico ou sociológico do termo, quer dizer, o que caracteriza o povo brasileiro” (p.16).

Considerando que a história da literatura é escrita sempre de modo retrospectivo, compreendemos melhor o caráter singular da história da literatura de José Osório de Oliveira. Ao invés de se concentrar, como seus predecessores e diversos dos seus sucessores, sobre as origens e sobre o mito das três raças fundadoras, para fazer daí artificialmente surgir a produção literária, ele considera retrospectivamente a literatura brasileira a partir do que ele concebe como metas já atingidas: “A liberação pelo modernismo” e a “Conquista definitiva do caráter nacional”. Ao invés de se contorcer teoricamente para demonstrar que a literatura produzida no Brasil é *brasileira* desde as suas origens, ele interpreta toda a produção literária do Brasil a partir do ponto de vista do sucesso dos poetas modernistas (anos 1920) e do romance nordestino (anos 1930). E identifica, portanto, a “brasilidade” e a “universalidade” da literatura à capacidade que esta tem de dar conta do “estilo de vida” da população. E não é por outra razão que ele adula os mulatos Domingos Caldas Barbosa (que exporta a *modinha* brasileira e seu “dengo” à corte portuguesa) e Machado de Assis, a ponto de provocar, posteriormente, uma polêmica, afirmando “Eu trocava Eça [de Queirós] por Machado [de Assis]”. Percebemos, portanto, aqui toda a tensão produzida pela procura de uma especificidade nacional e a vontade de se afirmar como nação, segundo um modelo consagrado, enquanto que a língua é aquela de um colono, e não há unidade racial nem etnia mítica fundadora.

É particularmente interessante comparar os olhares cruzados sobre a herança e as relações com a cultura portuguesa ou européia, pois elas indicam a reclassificação da literatura brasileira na concorrência internacional. No esquema do mito das três raças, o português era apresentado, segundo Sílvio Romero, como a “língua do vencedor”, mas, como este último, Ronald de Carvalho defende a sua crescente autonomização, pelas numerosas mutações léxicas e sintáticas. José Osório de Oliveira adota um ponto de vista mais nuançado: para ele, a língua brasileira não é outra coisa senão o português, mas suas evoluções brasileiras a teriam tornado “literariamente” mais expressiva que aquela praticada por escrito em Portugal.

A decalagem no tempo e no espaço mental, da qual falamos, mostra intenções e estados de espírito, no fim das contas, bastante contrastantes, que se revelam inclusive nas técnicas de escrita: enquanto para José Osório de Oliveira já se trata de comentar sucintamente legados honoráveis, para Ronald de Carvalho trata-se ainda de levantar, em todos os sentidos possíveis, “os argumentos que militam a favor da existência da Literatura Brasileira” (p.51). E o que este último quer é absolutamente defender a integração da literatura brasileira no concerto atemporal das epopéias nacionais. Ele chega assim a fazer o que Antonio Cândido qualificou

de “monumento de irresponsabilidade crítica”¹⁶. As surpreendentes seis primeiras páginas da introdução evocando o mito de Atlântida são, com efeito, uma tentativa evidente de fundar uma idéia de Brasil para além das perspectivas históricas e de ancorá-lo no imaginário de uma Antiguidade mítica, ao lado das nações européias inventadas no século XIX. A parábola de Atlântida expõe também claramente o esquema central do essencialismo cultural que articula as continuidades literárias e nacionais às descontinuidades históricas: a idéia da “emergência” de uma nacionalidade brasileira, de um espírito ou de uma inteligência nacional atemporal, escondida (inconsciente, alienada, dependente) até a Independência e que vai progressivamente se revelando (consciente, autêntica, autônoma).

A explicitação dos critérios de julgamento desse jovem autor levou-nos, por outro lado, a observar como a construção retórica do nacional se apóia sobre modelos e valores internacionalmente consagrados. Querendo dar força à sua apreciação de um autor, Ronald de Carvalho procede freqüentemente reproduzindo julgamentos feitos pelos grandes críticos literários sobre autores consagrados da “cultura universal”, ou comparando um autor brasileiro a um autor europeu (de preferência francês, para evitar a referência portuguesa). Ele atribui assim a Cláudio Manuel da Costa (p.144), João Francisco Lisboa (p.226) e Araripe Júnior (p.266-267), os lugares que haviam sido ocupados respectivamente por Ronsard, Montaigne e Taine, na história da literatura francesa. Em contrapartida, José Osório de Oliveira baseia-se em uma bibliografia e em referências que são quase exclusivamente brasileiras e portuguesas.

Escritores em missão: a pragmática diplomática e as relações luso-brasileiras

A grande questão de todas as histórias da literatura brasileiras é a de apresentar uma prova histórica da autonomia da cultura nacional e de transmitir uma “consciência” a seu respeito (evangelização política) em diversos níveis: desde os intelectuais nacionais e estrangeiros, até os alunos de segundo grau e de curso superior. Na condição de antiga colônia, a separação do que é herança portuguesa e daquela “autenticamente nacional” era, portanto, uma questão central. Foi pela historiografia literária (Silvio Romero) que se começou a visualizar a idéia de uma “mestiçagem cultural” de modo positivo, pois ela permitia fundar, retoricamente, a diferenciação nacional (mito das três raças fundadoras). Mas este mesmo material escrito (a literatura do passado) indicava também a “preponderância” de Portugal frente às outras raças fundadoras (a negra e a indígena) e aos outros imigrantes europeus. A historiografia da literatura brasileira da virada do século corroborava,

16. Entrevista com Antônio Cândido em sua casa (São Paulo), em 22 de novembro de 1999.

portanto, mais ou menos diretamente, a hipótese evolucionista do branqueamento da raça.

O sentimento de um destino comum com Portugal é pregnante no discurso sobre a história da literatura brasileira, o que nos leva a pensar encontrarmos aqui no cerne da construção da Comunidade Lusófona. De todo modo estamos aqui em condições de apreender alguns dos mecanismos que naturalizam a idéia de um destino comum e de compreender melhor, por exemplo, a amplitude alcançada pela polêmica sobre a entrada de Moçambique na Comunidade, enquanto que a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) aparece logo em seguida como uma evidência. Podemos, portanto, nos perguntar quais representações dos destinos comuns teriam produzido estes dois atores precoces de uma diplomacia cultural informal. Em ambos os casos, sua produção intelectual esteve marcada pela dimensão internacional: além das traduções, publicações e turnês de conferências no exterior, os autores estrangeiros em voga, os movimentos literários e as relações culturais internacionais são objetos constantes de suas obras. O que aparece então é que uma das funções da sua produção intelectual era justamente a de sincronizar as representações culturais das “influências” e das “trocas” com relação às questões internacionais contemporâneas, em termos políticos, econômicos, migratórios, etc. E os poetas diplomatas participaram da tecelagem de novas redes que simbolizam a posição do Brasil e de Portugal no concerto das nações.

Após os sucessivos reveses da monarquia no decorrer do século XIX, a Primeira República¹⁷ caracterizou-se por um novo nacionalismo, que pregava o renascimento da pátria portuguesa, cada vez mais desconsiderada na Europa frente à França, à Inglaterra e à Espanha. E isto apesar das suas colônias ainda imensas: José Osório de Oliveira lembra periodicamente, em seus discursos ou escritos, que Portugal era, ainda nessa época (começo do século XX), o terceiro império em superfície. A nova grandeza do Brasil inverteu assim os papéis históricos da antiga colônia e sua antiga metrópole: enquanto os intelectuais brasileiros faziam tudo para centrar-se e pensar a autonomia em relação à “mãe pátria”, os portugueses pareciam se apoiar sobre esta antiga conquista, onde seu sangue ainda corria e que seria um desdobramento de Portugal, demonstrando, sobretudo, a grandeza do Império Português e o vigor de seu povo.

O modernismo e o período estudado parecem ter sido um momento decisivo nessa espécie de inversão simbólica das posições entre Brasil e Portugal¹⁸. Embora

17. Vale observar que a proclamação da república em Portugal (1910) levou à presidência um dos principais historiadores da literatura, Teófilo Braga, que havia enfrentado seu homólogo brasileiro, Sílvio Romero, em uma polêmica memorável (cf. VENTURA, 1991).

18. Por ocasião de uma entrevista com uma professora de literatura brasileira na Faculdade de Letras de Lisboa, esta nos explicava, com efeito, o complexo de inferioridade que os portugueses sentem com relação ao Brasil, como o de uma “pulga que pariu um elefante”.

o modernismo português e o brasileiro tivessem nascido juntos, como vimos, o futurismo iria colocar definitivamente em questão a posição privilegiada ainda ocupada pelos escritores portugueses no Brasil. O ano de 1922 seria o momento mais forte dessa inversão. Enquanto ainda reinava uma lusofobia popular, as festividades do Centenário da Independência brasileira, que encenavam a entrada do Brasil na modernidade cosmopolita, foram honradas pela primeira visita oficial de um presidente português. Foi também naquele ano que se inaugurou uma cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Lisboa e que Gago Coutinho e Sacadura Cabral fizeram o primeiro trajeto aéreo Rio-Lisboa, transportando simbolicamente em suas bagagens um exemplar de *Os Lusíadas*, de Camões (gesto que seria repetido por José Osório de Oliveira na maior parte de suas missões em terras lusófonas). Mas foi também o ano da Semana de Arte Moderna de São Paulo, que foi representada como uma “revolução cultural” e o ato de nascimento do modernismo.

A recepção da produção acadêmica e literária do Brasil em Portugal tornou-se mais atenta que nunca: o Brasil foi daí em diante tomado como interlocutor privilegiado nas revistas literárias e políticas e passou a ser um exemplo para pensar o futuro de Portugal (e de suas colônias). Revistas portuguesas (*Seara Nova*, *O Diabo*) e luso-brasileiras (*Atlântida*, *Atlântico*) promoveram verdadeiras campanhas promocionais sobre a literatura brasileira modernista (cf. em particular *O Diabo*, em 1938). De modo análogo ao que se passaria mais tarde a propósito da recepção de Gilberto Freyre na França, o modernismo brasileiro, o romance nordestino e as ciências sociais brasilianistas seriam utilizadas em Portugal para pensar o futuro de suas colônias. A coleção na qual José Osório de Oliveira fez surgir seu *Roteiro da África*, em 1939, intitulava-se *Estudos Brasileiros de Africanologia* (Agência Editorial Brasileira, Lisboa) e publicava Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Evaristo de Moraes, Renato Mendonça e Octávio de Freitas. Este aspecto é central na relação intelectual com o Brasil, mas percebemos também pura e simplesmente admiração (notadamente para o Instituto Nacional do Livro, fundado no Brasil em 1937), assim como o medo e a constatação de uma “invasão” do mercado português pelo livro brasileiro. Em suma, a cultura brasileira havia se imposto em Portugal; em 1934 era criado o Instituto Luso-Brasileiro de Altos Estudos e, em 1937, um Centro de Estudos Brasileiros na Sociedade Geográfica de Lisboa.

É importante insistir sobre a posição específica desses dois poetas diplomatas na concepção dos destinos comuns. A vivência da expatriação – precoce ou sob mandato oficial – contribuiu efetivamente na produção de representações operatórias: foi a experiência da Europa que levou Ronald de Carvalho a formular um conceito de “transoceanismo”, que não era exclusivo à relação com Portugal. Suas missões diplomáticas e suas turnês de conferências por diferentes países da América alimentaram, por outro lado, um (pan)americanismo que traduzia, igualmente, a necessidade de pensar a autonomia do Brasil em relações internacionais construtivas.

José Osório de Oliveira, pela sua posição, seus deslocamentos no império português e sua ligação particular com o Brasil, concentrou-se exclusivamente sobre o destino luso-brasileiro. Mas sua produção intelectual sobre o Brasil e as explicações que ele precisa dar periodicamente à sua hierarquia, por seus discursos entusiastas (demais) em relação ao Brasil, mostram a que ponto ele estava dividido entre o discurso nacionalista brasileiro e o discurso glorificante da civilização atlântica que se esperava dele. Em 1948, José Osório de Oliveira defendeu diretamente, junto a Salazar, a criação de um posto de Adido Cultural no Brasil – função até então assumida pelo Adido de Imprensa. Apesar dos problemas de equivalência, de transferências administrativas e de bloqueios relacionais ou políticos – que não pudemos desvendar completamente, mas que são muito perceptíveis em sua correspondência com Salazar –, percebemos claramente o interesse que devia ter Salazar em um perfil intelectual como o seu: o de um especialista dos frutos culturais da colonização portuguesa. Deste ponto de vista, a atividade de historiador da literatura nacional pode ser analisada como uma espécie de capital cultural que é facilmente negociável no espaço político nacional e internacional.

Bem distantes das especulações puramente literárias, suas atividades literárias tiveram um papel de sincronização, de atualização dos esquemas de percepção cultural, em relação às questões geopolíticas. O Estado-mecenas (a diplomacia ou a administração colonial lhes assegurando um modo de vida compatível com a condição de escritor) e o público esperavam, da parte desses mandatários oficiais ou oficiosos, uma defesa incondicional dos valores literários consagrados em seu país de origem, assim como uma representação do próprio regime. As estratégias de integração nos meios intelectuais estrangeiros fizeram, assim, totalmente parte de seus cargos oficiais. Os deslizos de José Osório de Oliveira em relação a Eça e a Machado, e sua empatia incondicional pelo Brasil – por vezes vindo ao encontro das expectativas de seu governo, especialmente no quadro da *Seara Nova*¹⁹ – admiravam e faziam tanto o objeto de artigos na imprensa brasileira, como o de relató-

19. Esta postura recorrente de Osório de Oliveira transparece particularmente no artigo "Infelicidade dos escritores portugueses", escrito para a *Seara Nova*: "Nem ao menos o prestígio político do país contribui para impor, por motivos diplomáticos, como acontece com outras nações, os nossos escritores, o nosso pensamento, a nossa arte, a alma do nosso povo, enfim. Aliados a um país [a Espanha] que nos ignora e nos despreza, de que tudo nos separa intelectualmente, damos ao mundo a impressão duma nacionalidade sem soberania. [...] A verdade é que não nos consolamos da perda das antigas glórias e, em vez de reagirmos contra a fatalidade histórica, adaptando-nos à realidade presente ou preparando um futuro melhor, passamos a vida a contemplar o passado. Daí a susceptibilidade patriótica dos portugueses e a indignação irreflecta com que respondem às críticas dos estrangeiros. E ver como reagem diante das opiniões dos brasileiros sobre a acção da antiga metrópole: problema histórico que a todos é permitido discutir livremente, ou sobre a língua: património comum, em que os direitos do Brasil são iguais aos de Portugal" (*Seara Nova*, n.349, 29/06/1933, p.205-206).

rios administrativos internos. Esses dois poetas diplomatas fizeram tudo para objetivar o laço cultural entre os países aos quais eram ligados afetivamente (e destacados administrativamente), esforçando-se para encarnar, eles próprios, essa relação. Tanto assim que Mário de Andrade descrevia a aflição de José Osório de Oliveira, rasgado entre suas duas pátrias, como um “sofrimento lindo”, que teria chegado a lhe inspirar um ensaio sobre a complexidade das relações luso-brasileiras²⁰. No fim das contas, tanto Osório de Oliveira quanto Ronald de Carvalho exploraram, eles próprios, literária e politicamente, essa experiência tão específica que é a da representação cultural de um país, estando-se no exterior.

Referências bibliográficas

- BASTIDE, Roger. *Le prochain et le lointain*. Préface de F. Laplantine, L'Harmattan, 2001 [1970].
- BOSI, Alfredo. Por um historicismo renovado. Reflexo e reflexão em história literária. *Teresa. Revista de Literatura Brasileira*. Universidade de São Paulo, 2000.
- BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru-São Paulo: EDUSC, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État. Grandes Écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira* (prefácio de Medeiros e Albuquerque et al.). Belo Horizonte: Itatiaia, Brasília: INL, 1984 [1919].
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil, sua História*. São Paulo: EDUSP/T.A. Queiroz, 1985.
- LÖFGREN, Orvar. The nationalisation of Culture. *Ethnologia Europea*, n.XIX, 1989, p. 5-23.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- OLIVEIRA, José Osório de. *História Breve da Literatura Brasileira*. Lisboa: Inquérito, 1939.
- RIVRON, Vassili. *L'Épopée moderniste: construction d'un imaginaire politique au Brésil (1917-1930)*. Dissertação (Mestrado), Institut d'Études Politiques, Grenoble, 1996.
- RIVRON, Vassili. Relecture d'un mythe d'origine - L'opposition entre Sílvio Romero et José Veríssimo, l'histoire de la littérature brésilienne et la construction de la culture nationale. *IRIS-Taïra* (publication conjointe CRI – CRELIT), Grenoble, septembre 2004, p. 289-310.
- RIVRON, Vassili. *Enracinement de la littérature et anoblissement de la musique populaire: étude comparée de deux modalités de construction culturelle du Brésil (1888-1964)*. Tese (Doutorado em Sociologia), EHESS, sob a orientação de Afrânio Garcia, Paris, 2005.

20. Mário de Andrade, “José Osório de Oliveira”, em *Diário de São Paulo*, 9 de junho de 1934.

SERPA, Hélio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História*, v.20, n.39, São Paulo, 2000.

SORÁ, Gustavo. Literatura y política: La librería Schmidt y la génesis de una oposición elemental. *Prisma, revista de história intelectual*, n.6, Kuilmes, diciembre 2002, p. 45-64.

SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Zorzal, 2003.

THIESSÉ, Anne-Marie. *La création des identités nationales (Europe XVIIIe-XXe siècle)*. Paris: Seuil (coll.Univers Historique), 1999.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical – História cultural e polémicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WEBER, João Hernesto. A nação e o Paraíso, a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

WERNER, Michael. “Histoire littéraire” contre Literaturgeschichte, la genèse d’une vision historique de la littérature en France et en Allemagne pendant la première moitié du XIXe siècle. *Genèses*, n.14, Janvier 1994, p.4-26.

Recebido em 10 de março de 2006 e aprovado em 11 de agosto de 2006.



página 36
branca

